



UMA BUSCA DO REAL EFEITO DE SENTIDO DAS PALAVRAS ENTRE OS INTERLOCUTORES

LAGEMANN, Justina Ubessi¹; DORNELES, Elizabeth Fontoura²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar um artigo, extraído da revista *Veja*, edição 2068, veiculada no mês de julho de 2008, que trata de algumas questões da educação. Utilizando-se de suporte teórico para embasar o assunto, buscou-se localizar pistas lingüísticas que causaram inquietações. Em seguida foram feitos alguns recortes do texto para constituir o arquivo, com as seqüências discursivas. Antes da análise, verificou-se ainda as condições de produção do texto, por meio de uma busca ao contexto, à historicidade, bem como ao momento em que o analista situava-se. Também usou-se de recursos lingüísticos, por meio da composição das palavras. No decorrer do trabalho, buscou-se fazer incidir a historicidade, mostrando ao leitor quais significados o analista conseguiu encontrar nos recortes, e também o efeito de sentido que o texto produziu no analista.

Palavras-chave: Significado. Ideologia. Língua. Ser humano.

Introdução

A Análise de Discurso – AD centra-se no além do lingüístico, na descoberta de objetos mais profundos. Constitui-se no momento em que a linguagem precisa fazer referência à sua exterioridade. Sob essa ótica, a AD situa-se no entremeio das disciplinas, discutindo seus pressupostos. O aspecto lingüístico busca trabalhar o conhecimento e as formas, já as ciências sociais ocupam-se da exterioridade, então,

¹ Pós-Graduanda do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Linguística e Ensino de Línguas e Literatura – Universidade de Cruz Alta-RS.

² Professora da disciplina de Teorias do Discurso, do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Linguística e Ensino de Línguas e Literatura – Universidade de Cruz Alta-RS.



é nesse entremeio que a palavra deixa de ser apenas objeto e assume significados tornando-se material.

A AD não deve ser considerada uma disciplina única, já que tem sua relação reforçada pela injunção que assume com as outras disciplinas. Assim:

[...] a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. (ORLANDI, 1996, p. 25)

Desse modo, a AD faz uma ligação entre a linguagem e o exterior e, nessa ligação de entremeio é que aparece o discurso, o qual se trata de um processo que faz parte de uma construção social, sua produção acontece na história e na ideologia, por meio da linguagem. O discurso é possível de ser analisado desde que seja levado em conta seu contexto histórico-social, suas condições de produção. Isso implica o fato de o discurso refletir uma visão de mundo determinada, vinculada ao autor, bem como à sociedade em que vive.

Nesse processo, a palavra que se apresentava de forma abstrata ganha, sob o olhar do analista, uma forma material. Essa opacidade faz com que a palavra fique densa. Toda a palavra tem um sentido denotativo, no entanto, quando assume aspectos culturais e históricos, ela deixa de ser original e assume um sentido conotativo de se representar aos diferentes leitores, então ela fica carregada de significados, deixando-se interpenetrar pela história, a ideologia, a psicanálise.

Revisão de Literatura

Seguindo o pressuposto de que a língua funciona ideologicamente e que todo enunciado é passível de interpretação, desenvolve-se a seguir uma etapa de análise do discurso do economista Gustavo Loschpe. Gaúcho, vindo de família rica, o jovem causa indignação e inquietação devido a seus artigos controversos sobre as questões da educação. Loschpe revela, em seu discurso, uma leitura do sistema educacional apenas do ponto de vista econômico e administrativo, condicionando as escolas a meras empresas que tem como objetivo a soma e a divulgação de números.



O texto tomado para a análise foi extraído da revista *Veja*, edição 2068, veiculada no mês de julho de 2008. No entanto, outros textos desse mesmo autor foram pesquisados, bem como o jornal Zero Hora, do dia 04 de julho de 2008, na parte que trata de possíveis reformas para os concursos e contratações de professores no estado do Rio Grande do Sul – RS.

Os textos nesses dois periódicos, trazem uma linguagem carregada de traços políticos, em uma linha de visão totalmente contrária à esquerda. O que merece destaque é também o fato desses textos terem sido publicados em datas tão próximas. No momento em que a questão de educação é alvo de reformulações por parte do governo do estado do RS, loschpe posiciona-se de uma forma que tende a minimizar o trabalho dos profissionais da educação e desqualificar o ensino de um modo geral.

Embora o autor não cite nenhum estado no seu discurso, observa-se que ele evidencia a pretensão de que os sistemas de ensino de todo o país norteiem-se com base nas diretrizes empregadas no estado de São Paulo. O estado do Sul já segue uma linha de governo semelhante a do estado Sudeste. Esse discurso insere-se perfeitamente nas medidas sugeridas pela Secretária da Educação, Mariza Abreu, em reportagem ao jornal Zero Hora.

A análise do discurso começa a partir dos seguintes recortes, marcados por SDR*:

SDR1: "... nossas escolas são um fracasso retumbante."

O autor usa a expressão "fracasso retumbante", uma das palavras está na letra do Hino Nacional Brasileiro, remetendo a idéia de civismo. A palavra *retumbante* em seu sentido denotativo significa provocar grande som, já a palavra *fracasso*, para a maioria dos leitores, denota apenas a falta de êxito em alguma atividade, no entanto, seu significado pode também representar um som muito forte.

Buscando-se um significado mais profundo às expressões, para então formular um sentido, faz-se ainda uma pesquisa à letra do Hino Nacional Brasileiro, observando a seguinte passagem: "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico o brado retumbante (...)", a palavra *brado* significa grito, voz forte e enérgica de forma a ser ouvida longe, com temor.

* Seqüência Discursiva de Referência



O discurso carrega traços de respeito à educação e demonstração de patriotismo, entretanto nas condições de produção em que foi desenvolvido, deixou esquecer esse civismo e deu lugar à crítica, marcada por uma ideologia, que naquele momento em que o sujeito escreveu, quis silenciar a concepção de escola e de professor, a qual praticamente todos os brasileiros têm.

As escolas ainda têm o poder de gritar fervorosamente em busca de condições dignas de ensinar e aprender, lutam a todo instante, e isso é incômodo, na medida em que, o povo torna-se mais reflexivo, crítico e clama por ser ouvido. O autor procurou silenciar esse poder da educação ao declarar que o ensino está fracassado, inserindo dados numéricos.

O que chama a atenção também é que fatos negativos em relação à educação aparecem destacados, quando o autor do artigo grafa os números fazendo sua representação simbólica. Nesse caso loschpe evidencia seu discurso de economista, nas seguintes passagens, extraídas da revista Veja (julho/2008):

"72% da nossa população não é plenamente alfabetizada."
"25% dos alunos de 8ª série sabem que '3/4' é igual a 0,75 e não 3,4"
"entre 57 países testados, o Brasil fica em 53º lugar em matemática e 52º em ciências. Segundo a UNESCO, 24% dos nossos alunos repetem a 1ª série, contra 2,5% no Chile e 4% na Índia." (REVISTA VEJA, julho/2008)

No entanto, no decorrer do texto, o autor mostra seu desconforto e indignação ao perceber que os pais, no geral, estão contentes com a escola de seus filhos, ainda mais quando estabelecem a relação da escola atual com a escola que frequentavam há décadas. Nessas passagens, o autor procura iniciar as orações fazendo uso de numerais e, desse modo, para seguir a gramaticalidade do texto, obriga-se a transcrevê-los por extenso, assim, os dados numéricos sem destaque aos olhos do leitor, não terão o mesmo efeito de sentido, revista Veja (julho/2008):

"Oitenta e um por cento têm uma percepção positiva dos diretores da escola [...]"
"Oitenta e três por cento acham que os professores estão preocupados em ensinar e dar boas aulas [...]"
"Cinqüenta e sete por cento dos pais dizem que a escola do filho é melhor que aquela que o pai cursou." (REVISTA VEJA, julho/2008)

Antigamente o ensino era baseado no princípio de que saber ler e escrever bastava para formar cidadãos, hoje chamados analfabetos funcionais. Esses



cidadãos aprenderam ler, escrever, fazer contas, mas não aprenderam a pensar, a refletir, a transformar a realidade, não entendem e não conseguem formular uma opinião sobre quase nada do que lêem.

O discurso autoritário apresenta-se também quando loschpe cita:

SDR2: “Nossos professores precisam se resignar ao fato de que os pais de seus alunos podem dar uma contribuição limitada ao ensino dos filhos.” “A família brasileira está dada, não será mudada através da atuação do professor em sala de aula.”

Resignar em seu sentido denotativo é o mesmo que submeter-se sem revolta e, nesse momento reforça a ideia política e ideológica, acrescida da historicidade. Pode-se então verificar que a palavra ou expressão passa ter seus significados reforçados diante do olhar de cada leitor. Nesse sentido, Orlandi (1999, p. 64) explica que “o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes”.

Fica implícita a afirmação de que o professor é para calar-se, para conformar-se com a situação, não questionar a participação da família, nem mesmo melhores condições de trabalho, ao contrário, os pais é para exigirem mais dos professores, e estes curvarem-se às ordens superiores, minimizarem-se frente à sociedade.

A pressuposição de que os professores pedem a presença da família na escola fica evidente, assim como o acarretamento de que isso é errado. O subentendido, nesse contexto, refere-se à situação atual, a realidade brasileira, que não deve passar por tentativas de ser mudada, já que, segundo o texto, a contribuição limitada das famílias no ensino dos filhos é um fato normal.

No que se refere à seguinte passagem, percebe-se no discurso uma perda de valores, o profissional da educação é desvalorizado.

SDR3: “... seria de esperar que a sociedade [...] se mostrasse profundamente insatisfeita com o desempenho da escola e de seus funcionários.”

O jovem loschpe já não vê o professor com o mesmo respeito de épocas passadas, do tempo em que os pais dos alunos de agora eram os estudantes. O professor é caracterizado por “funcionário de escola”, que deve dar o máximo que tem, ensinando aos alunos ler e escrever. A substituição da palavra *professor* por



funcionário tira o magnetismo e a posição de respeito que tradicionalmente os educadores vêm ocupando ao longo da história. No que diz respeito à historicidade presente no texto, Orlandi (1999, p.68) explica que:

Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos, [...] em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é a da materialidade histórica da linguagem. O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação. (ORLANDI, 1999, p.68)

O nome *professor* carrega em si muitos significados. Ao fazer essa substituição de nomes, o autor silencia uma marca histórica na palavra *professor*, desse modo, descaracteriza e faz com que a identidade desse profissional seja perdida.

Na sociedade contemporânea, na história e na ideologia do ser humano está inculcada a concepção de que professor é aquele sujeito detentor de grande sabedoria e que deve ser respeitado. Desse modo, o fato discursivo *professor* é apagado da memória, silenciando-se e fazendo prevalecer a ideia de um funcionário, por exemplo, de uma empresa, fábrica ou metalúrgica.

Apaga-se a concepção de professor enquanto sujeito habilitado para trabalhar com outros seres humanos, que tem como função essencial, contribuir para o desenvolvimento da formação plena de seus educandos. Orlandi (1999, p. 85) diz que: "As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio. Isso tem que fazer parte da observação do analista." Assim, se professor é somente funcionário, aluno é um mero cliente. E sobre esse olhar, mais uma vez é possível constatar um discurso totalmente econômico, desvinculado do real objetivo da educação.

É possível ainda verificar que o autor usa marcas linguísticas com sentido de negação nos prefixos das palavras *(in)satisfeita* e *(des)empenho* e, também usa o verbo *seria* no futuro do pretérito. Então, pressupõe-se que a sociedade está satisfeita e fica subentendido, nesse contexto, que não deveria estar satisfeita com o empenho da escola e dos professores. Sobre a observação das marcas linguísticas, Orlandi (1999, p. 91) esclarece que: "As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que lhe interessa é o modo como elas estão no texto [...]."



Essas marcas formais evidenciam a pressuposição de alguma coisa concreta já dita antes e deixam subentendidas várias outras, dependendo do contexto e da intenção do autor ao inserir esses sinais no conteúdo do texto.

Esse discurso na visão da maioria dos profissionais que atuam com o ensino, pode ser visto como autoritário e político podendo até tomar proporções polêmicas. Porém, se um leitor, que não pertence a essa classe de trabalhadores, ler o mesmo texto, poderá apenas ver a opinião de um jovem que se preocupa com a qualidade do ensino. Talvez nem observe qual sistema o autor pretende fortalecer, que nesse caso é o governo direitista, o qual vem, historicamente, demonstrando pouco interesse às questões do ensino, principalmente no que se refere à valorização dos profissionais que atuam no magistério.

O autor não cita que o povo deve reivindicar diretamente aos sistemas de ensino por melhor qualidade do ensino, através de investimentos na formação, atualização e manutenção dos educadores. Ioschpe coloca toda a culpa de um ensino deficitário aos profissionais que estão ali dentro trabalhando, como se bastasse ensinar aos alunos ler e escrever.

Na sequência seguinte acentua-se ainda mais o discurso político do autor:

SDR4: “[...] estado brasileiro, que deve parar de ser visto como o provedor generoso que concede benefícios e passar a ser encarado como o prestador de serviços que está aí para atender à vontade do cidadão, financiado pelo imposto que nós pagamos.”

Ficam implícitos nesse texto os programas do governo federal esquerdista, destinados a famílias de baixa renda. Claro que esses incentivos não são a única saída, mas o autor também não sugere, em seu discurso, nada mais do que uma guerra entre pais e escola. O autor retoma o enunciado dito em outro momento no texto, de que a conservação dos prédios, a infra-estrutura, a merenda, os livros didáticos, o transporte escolar, a garantia de permanência na escola, nada disso importa para o aprendizado do aluno.

A intenção do autor em escrever esse artigo fica evidenciada no seguinte trecho:

SDR5: “[...] incomunicabilidade dos semiletrados, que não lerão este artigo.”

Se os pais que precisavam ler sobre educação, não o fazem, então o texto foi escrito para os letrados repassarem essas informações aos pais e, por



consequente, a muitos professores, que por condições econômicas e não por falta de vontade, não têm dinheiro para comprar esse tipo de periódico em que foi divulgado o texto.

Para finalizar, ainda é importante destacar, depois de toda essa explanação, o título do artigo:

SDR 6: “De pais e professores”

O que a preposição *de* no início desse texto sugere, senão a responsabilidade e o comprometido de pais e professores com um ensino de qualidade? Desse modo, o autor contradiz o título com o restante do artigo, ao afirmar que há uma relação entre família e escola, relação essa que sempre existiu, desde os tempos mais remotos. Algumas vezes mais deficitária; outras, mais participativa, mas o fato é que essa relação existe e não há como negar ou apagar da memória dos leitores.

Conclusão

Fica marcadamente evidente o discurso de um economista que procura o resultado do ensino em números e não no real aprendizado. A escola não deve ser vista apenas como uma empresa, seu papel na sociedade vai muito além disso, ela é, principalmente, um espaço para reflexão e troca de saberes, não deve o professor ignorar a família e a experiência cultural que o aluno traz de casa. É importante que o ensino seja contextualizado com as diferentes culturas que, cada estudante traz para junto da sala de aula.

O acompanhamento e a participação da família na educação dos filhos não se restringem apenas a conteúdos didáticos. A escola pede atualmente o envolvimento dos pais, no sentido de preocupação, apoio e incentivo para que os filhos estudem e frequentem a escola. Os pais não podem fugir à responsabilidade pela educação dos filhos, pois como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado”.

A família deve sem dúvida estar presente na educação dos filhos e isso é condição primordial para um aprendizado significativo. Não existe contribuição limitada ao ensino, porque o que a escola realmente deseja é o comprometimento dos pais na educação de seus filhos.



Diante das discussões acima, sob o posicionamento de uma pessoa que faz parte desse âmbito educacional. Que sente vontade de atuar significativamente no campo da educação, que está cheia de convicções e perspectivas, conclui-se, com base em Orlandi (1999, p.61) que a interpretação do analista não deve ser neutra, “é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito”. O analista precisa procurar no equívoco, na materialidade linguística, na ideologia e na historicidade o que não está dito, mas que pressupõe algum fato e o deixa subentendido.

Na alteração da posição de leitor para analista é que se compreende e se interpreta o que está inscrito no objeto simbólico. O analista trabalha com os limites da interpretação, posicionando-se de maneira a contemplar a história, o simbólico e a ideologia, de forma a pensar e refletir sobre os sentidos.

É importante ressaltar que essa estrutura linguística tomada para análise, passou por vários recortes, no entanto, essa formação discursiva, vista por outro analista, poderá passar por diferentes interpretações, poderá ser dito de outras maneiras e conseqüentemente terá o seu discurso acrescido de sentidos diversos.

Referências

Hino Nacional Brasileiro.

IOSCHPE, Gustavo. **De pais e professores**. Artigo extraído da revista *Veja*. Edição 2068 – ano 41 – n.º 27. Editora Abril, 9 de julho de 2008.

Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. LEI Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro, 1996.